

COP21 contou com projetos de empresas portuguesas

9 de Dezembro, 2015

Não foram só os países quem, em Paris, foram assumir compromissos e prestar contas do que têm andado a fazer – ou pretendem ainda ver feito – em termos de diminuição da pegada de carbono e contribuir para um desenvolvimento sustentável. A 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas contou também com uma pequena, mas significativa mostra, do que se propõe a fazer as empresas portuguesas para atingir o objetivo global de redução da emissão de gases com efeito de estufa, avança o jornal Público.

A presença mais significativa na cimeira do clima de Paris foi, talvez, aquela que a EDP protagonizou no início desta semana, altura em que António Mexia foi uma espécie de porta-voz de uma plataforma que agrega 16 gigantes do sector – a The Low Carbon Technology Partnership Initiative (LCTPI) – e cujo trabalho de um ano produziu um relatório onde fazem a defesa da instalação de 1,5 Terawatts (TW) de renováveis nos próximos 10 anos. Um objetivo que significa quase duplicar os 2TW atualmente instalados, e dos quais a EDP não se furta a fazer a sua parte, assumindo-se como a quarta maior produtora de energias renováveis do mundo. António Mexia defende que a empresa tem a capacidade de reduzir as emissões de CO₂ em 75% até 2030 (tendo como base os valores de 2005) e compromete-se a ultrapassar os 75% de renováveis em capacidade instalada até 2020, a reforçar a instalação de contadores inteligentes e a fomentar as parcerias no processo de investigação e desenvolvimento de tecnologias limpas, eficiência energética e redes inteligentes, investindo 200 milhões de euros até 2020.

Se a EDP se compromete a produzir mais energia limpa, o Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel (CEIIA) mostrou em Paris como se pode medir, em tempo real, as poupanças nas emissões de CO₂ de um veículo que foi atestado com energia limpa em vez de energia fóssil. Essa é apenas uma das muitas variáveis de informação que pode ser recolhida e trabalhada com a aplicação Mobi.me, uma tecnologia que já foi apresentado na Cimeira do Clima de Lima (COP20) e que está em Paris para nova apresentação não apenas revista e aumentada, mas, sobretudo, melhorada. A equipa do CEIIA continuou a trabalhar no desenvolvimento do Mobi.me e, hoje em dia, este sistema caracteriza-se pela sua interoperabilidade, que tem a vantagem de funcionar e integrar informação de utilizadores, operadores, fornecedores de energia.

O sistema recolhe em tempo real um mix de dados da produção de eletricidade (se é fóssil, eólica, hidráulica) e calcula quais são as emissões produzidas, e poupadas, em cada deslocação. Atualmente, o sistema está a ser testado em vários projectos-piloto, em Portugal (nomeadamente, em toda a frota da Câmara do Porto) e no Brasil (com o projecto Mob-I -Mobilidade Eléctrica Inteligente, que está em curso com uma das maiores hidroeléctricas do mundo, a Itaipu e a sua frota de veículos eléctricos). Os resultados já obtidos atestam bem a potencialidade deste sistema. Por exemplo, ao nível da partilha

de carros corporativos, ou na gestão da própria rede de abastecimento aos veículos eléctricos. No limite, um utilizador no futuro poderá vir a escolher, no seu smartphone, qual é a melhor opção de deslocação do ponto A ao ponto B e usar as poupanças nas emissões de carbono como critério.

E se o CEIIA está a trabalhar com afinco na área da mobilidade inteligente, vocacionado para as cidades do futuro, também houve em Paris empresas portuguesas que demonstraram a sua sensibilidade na resolução dos problemas de comunidades cujo desenvolvimento estagnou no passado. E porque se estima que estas comunidades rurais são responsáveis por cerca de 25% das emissões do planeta, em atividades tão simples quanto aparentam ser a queima de lenha para aquecimento e cozinha, o projeto que o Fundo Português de Carbono, a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto Camões têm em curso em Santo Tomé e Príncipe assume particular relevância.

A entidade executante do projecto é a Ecovisão, do grupo Elevo, que está desde 2014 a testar a aplicabilidade da digestão anaeróbia ao tratamento dos resíduos orgânicos dos agregados familiares de zonas rurais de São Tomé e Príncipe.